



## DIA MUNDIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA

### NOTA CONCEITUAL DMLI 2022

#### 1. INTRODUÇÃO

De 2 a 5 de maio de 2022, a UNESCO, juntamente com o Governo do Uruguai, acolherá a Conferência Global para a celebração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa (WPDF). A conferência será em formato híbrido, mas - condições que o permitam - com a ambição de ter a maior participação possível na praesentia.

É tempo de a comunidade e o movimento da WPDF se reunirem de novo, após um ano em que foi atribuído o Prémio Nobel da Paz a dois jornalistas, e crescentes desafios à prática do jornalismo.

A conferência reunirá decisores políticos relevantes, jornalistas, representantes dos meios de comunicação social, activistas, líderes éticos das empresas de TIC, gestores de cibersegurança, investigadores de AI e peritos jurídicos de todo o mundo para explorar o impacto da era digital na liberdade de expressão e na segurança dos jornalistas, acesso à informação e privacidade.

A edição deste ano centrar-se-á no tema "**Jornalismo Sob Vigilância**", para destacar como os recentes desenvolvimentos nos meios tecnológicos de monitorização e vigilância têm impacto no jornalismo e na liberdade de expressão. De facto, a liberdade de expressão e o direito à privacidade estão entre os direitos humanos mais impactados pela transformação digital.

A conferência produzirá uma declaração que expõe as questões discutidas ao longo do programa e fornece indicações para o seu seguimento.

## 2. TEMA

Enquanto no mundo da pré-Internet, pensava-se que a liberdade de expressão e a privacidade só interagiam quando os jornalistas reportavam sobre figuras públicas em nome do direito de saber, os direitos tornaram-se cada vez mais interdependentes. Esta ligação reflecte modelos empresariais digitais e o desenvolvimento de novas tecnologias de vigilância e a recolha e retenção de dados em grande escala. As mudanças representam riscos em termos de represálias contra os trabalhadores dos meios de comunicação e as suas fontes, afectando assim a liberdade exercício do jornalismo.

O recente Relatório de Tendências Mundiais da UNESCO inclui um documento de discussão: "Ameaça que o Silêncio: As Tendências na Segurança dos Jornalistas", recente documento de discussão "World Trends Report da UNESCO Insights discussion paper "Threats that Silence": Trends in the Safety of Journalists", salienta que a vigilância e o hacking comprometem a protecção das fontes dos jornalistas, como recentemente ilustrado por organizações de investigação e de verificação de factos, na sequência do qual os peritos em direitos humanos da ONU apelaram a todos os Estados para que impusessem uma moratória global à venda e transferência da tecnologia de vigilância, até que sejam criados regulamentos que garantam que tal tecnologia esteja em conformidade com as normas internacionais em matéria de direitos humanos. Sob este tema, a Conferência discutirá também como estes os desenvolvimentos têm impacto nos direitos à liberdade de expressão, acesso à informação, protecção de dados e privacidade, ao analisar grandes questões relacionadas com os dados, tais como a transparência das empresas de Internet, pegadas digitais, retenção de dados, tecnologias de reconhecimento facial, e ética da inteligência artificial.

Os recentes desenvolvimentos tecnológicos na vigilância digital, tais como a sofisticação do remo e a capacidade não detectada do malware e do spyware e a sua crescente utilização contra jornalistas e defensores dos direitos humanos põem em perigo o jornalismo livre e independente. A vigilância pode expor informações recolhidas por jornalistas, incluindo de denunciante, e viola o princípio da protecção da fonte, que é universalmente considerado um pré-requisito para a liberdade dos meios de comunicação social e está consagrado nas resoluções das Nações Unidas. A vigilância dos trabalhadores dos meios de comunicação social pode ainda pôr em risco uma investigação jornalística, bem como ter impacto na segurança dos jornalistas, incluindo através da divulgação de informações privadas sensíveis que poderiam ser utilizadas para assédio judicial arbitrário ou para assediar e atacar um profissional dos meios de comunicação social.

O Relator Especial da ONU sobre a promoção e protecção do direito à liberdade de opinião e de expressão, apresentado em Maio de 2019, apresentou conclusões e preocupações sobre vigilância e direitos humanos, observando que "a vigilância de indivíduos - frequentemente jornalistas, activistas, figuras da oposição, críticos e outros que exercem o seu direito à liberdade de expressão - tem demonstrado conduzir a detenções arbitrarias, por vezes a torturas e possivelmente a execuções extrajudiciais". Entre 2011 e 2021, o Comité para a Protecção dos Jornalistas (CPJ) registou dezenas de incidentes com jornalistas alvo de spyware. Esta descoberta foi apoiada pelo jornalismo de investigação e organizações de verificação de factos que relataram que centenas de jornalistas tinham sido seleccionados como alvos.

O direito à privacidade foi há muito reconhecido como um direito humano fundamental por instrumentos internacionais, tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, e é simultaneamente um direito em si mesmo e um facilitador subjacente a outros direitos, tais como a liberdade de expressão. Sem privacidade, os indivíduos (incluindo jornalistas e as suas fontes) são impedidos de receber e partilhar a informação que desejam, formando as suas próprias opiniões e expressando-se livremente sem medo de represálias. Além disso, a privacidade é um pré-requisito para que os jornalistas façam o seu trabalho, fornecendo e assegurando o nosso acesso a informação baseada em factos e fiável. Através da sua reportagem sobre questões como

a negligência governamental, corrupção e abusos dos direitos humanos, os jornalistas e os trabalhadores dos meios de comunicação contribuem para reforçar a democracia e a responsabilização. Neste esforço, a privacidade é uma necessidade para comunicar com segurança com as fontes, receber informação confidencial, investigar questões sensíveis e garantir a segurança dos próprios jornalistas.

### **3. LIBERDADE DE IMPRENSA, SPYWARE, SEGURANÇA DOS JORNALISTAS E O DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL**

Embora a vigilância digital constitua uma ameaça particularmente grave para os trabalhadores dos meios de comunicação, defensores dos direitos humanos e ativistas, os utilizadores da Internet, de uma forma mais ampla, são vulneráveis a serem monitorizados de formas que ameaçam a sua liberdade de expressão e autonomia pessoal. Uma maior dependência dos serviços digitais significa também que um número crescente de plataformas em linha adoptou um modelo de "privacidade por serviço" através do qual os cidadãos partilham, muitas vezes inconscientemente, informações e dados privados em troca de serviços gratuitos. Os dados dos indivíduos deixam para trás uma **"pegada digital"** que pode ser tratada e analisada em tempo real ou ex-post por actores hostis e ilegítimos. Além disso, os dados detidos pelas empresas de Internet e de cibervigilância sobre vidas pessoais podem ser obtidos pelas autoridades estatais através de leis obrigatórias de retenção de dados ou de pirataria informática governamental.

A vigilância territorial alimentada pela IA, e o jornalismo algorítmico são outros desenvolvimentos que ameaçam o livre exercício do jornalismo. A redução dos custos da vigilância digital e instrumentos sofisticados significa que as operações de vigilância ilegítima levadas a cabo por agentes governamentais ou privados podem ser mais amplas, desproporcionadas, mais invasivas e mais duradouras do que nunca, sem que os cidadãos estejam cientes delas ou possam defender-se.

Há um crescente impulso global que encoraja mais transparência no modo como as empresas da Internet exploram os dados dos cidadãos, como estes são utilizados para fins de marketing, e como informam modelos de previsão e inteligência artificial. Esta questão foi sublinhada na Declaração Windhoek+30, adoptada por ocasião do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa 2021 e aprovada pela 41ª Conferência Geral da UNESCO, que apelou às empresas tecnológicas a "trabalharem para assegurar a transparência em relação aos seus sistemas humanos e automatizados". Uma maior transparência em relação aos dados pessoais poderia também ajudar a compreender o que é recolhido sobre os jornalistas, incluindo ataques em linha contra eles, e o que pode ser feito para abordar estas questões. Uma possível solução para resolver estas deficiências é o conjunto de princípios da UNESCO para melhorar a transparência das empresas de plataformas na Internet, que será discutido como uma via adicional para compreender que dados são recolhidos e que impacto tem na segurança dos jornalistas.

Além disso, a UNESCO desenvolveu o primeiro instrumento normativo global das Nações Unidas sobre ética da IA, com base no respeito, protecção e promoção dos direitos humanos e, entre outras coisas, exigindo salvaguardas adequadas para proteger o direito à privacidade, de acordo com o direito internacional, incluindo a abordagem de preocupações como a vigilância.

### **4. LIBERDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, RETENÇÃO DE DADOS, IA (Inteligência Artificial) E TRANSPARÊNCIA**

## 5. CONCLUSÃO

Há uma crescente consciencialização e mobilização dos cidadãos, dos trabalhadores dos meios de comunicação e das organizações, pressionando no sentido de recuperar a privacidade e a propriedade dos dados, bem como fornecendo recursos para ajudar as pessoas a proteger a sua identidade digital.

Casos recentes de vigilância e outros ataques online contra jornalistas e activistas dos direitos humanos contribuíram ainda mais para a consciencialização dos gestores dos media, decisores políticos e público em geral sobre o impacto que as ferramentas tecnológicas e a vigilância têm no direito dos trabalhadores dos media à privacidade e ao acesso à informação; bem como sobre o seu efeito arrepiante na liberdade de expressão, e em particular na liberdade dos media.

A Conferência Global do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa de 2022 reunirá diversos intervenientes e peritos de todo o mundo para discutir as questões acima expostas. Serão exploradas possíveis soluções para enfrentar as ameaças colocadas pelo aumento da vigilância à liberdade de imprensa e à privacidade, tais como a implementação da Recomendação da UNESCO sobre a Ética da Inteligência Artificial, e uma moratória na venda e transferência global dos instrumentos da indústria de vigilância privada, tal como proposto pelos Relatores Especiais da ONU. Alguns intermediários da Internet comprometeram-se a uma maior transparência relativamente à forma como os dados pessoais são tratados, e a conferência irá explorar a forma de levar isto mais longe. Serão também desenvolvidas opções para governos, empresas de comunicação social, sociedade civil e investigadores.

Os seus comentários e sugestões são bem-vindos, pôr favor escreva para [wdfd@unesco.org](mailto:wdfd@unesco.org)

Para mais informações favor aceder a pagina:

<https://en.unesco.org/commemorations/worldpressfreedomday>